



10/18

CONTRATO PARA BENEFICIAÇÃO DAS REDES DIVISIONAL E VIÁRIA NO ÂMBITO DA DFCI – ZONA NASCENTE

No dia catorze, do mês de Junho, do ano de Dois mil e dezoito, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICIPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço eletrónico *municipio@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410201, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga**

SEGUNDO:

ESCAVAÇÕES E TERRAPLANAGENS DO BARROSO, LDA., NIF e matrícula 502 924 969 - Conservatór rg.º Caldeira
Pais, n.º 35, 5460-316 Boticas, freguesia de Boticas e Granja, Concelho de Boticas, endereço eletrónico *etbarroso@sapo.pt* e telefone n.º 276 415 671; neste ato legalmente representada pelo seu sócio e gerente, com poderes para o ato, **António dos Reis Gonçalves**,

qualidade e poderes verificado pela certidão permanente conforme consulta efetuada no sítio da internet <https://portaldempresa.pt>

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

O presente contrato tem por objeto a Aquisição de Serviços de Beneficiação das Redes Divisional e Viária no Âmbito DFCI – Zona Nascente, precedido de Consulta Prévia e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Vice-Presidente da Câmara de 07 de Junho de 2018, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 25 de Maio de 2018, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 2.ª

Prazo de Execução

O serviço será executado no prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da assinatura do contrato.

Cláusula 3.ª

Preço contratual

Pelo serviço previsto na cláusula 1.ª, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de **Trinta e dois mil, cento e setenta e cinco euros (32.175,00 €)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.ª

Pagamentos

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

Cláusula 5.ª

Caução

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do CCP. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 6.ª


Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 7.ª

Prevalência

1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros



e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, prevalece em primeiro lugar os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos, seguidamente a proposta apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º6, do artigo 96.º, do CCP.

Cláusula 8.ª

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua actual redação e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª

Dotação Orçamental

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0102/02022099, Ação 16A022 conforme proposta de cabimento n.º 875, compromisso n.º 911 e requisição externa de despesa n.º416.

Cláusula 11.ª

Gestor do Contrato

As funções de gestor do contrato previstas no artigo 290º-A do CCP, competem ao eng.º Óscar Alexandre Gonzalez dos Santos Lucas, Chefe da Divisão de Gestão e Administração do Território da Câmara Municipal de Boticas.

Cláusula 12.ª

Disposições Finais

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

2 — O procedimento por Consulta Prévia relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente Camara Municipal de 25 de Maio de 2018.

3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

1 – Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Boticas em 11 de Junho de 2018, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;

2 - Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 11 de Junho de 2018, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;

3 – Certificado de Registo Criminal do gerente da firma;

4 – Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,

